

Polarização nos relatos dos missivistas no livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão”¹

Fátima Lúcia Mauleón²

Universidade Paulista – Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Resumo

Este artigo trata da estrutura polarizadora e dos efeitos da polarização e da intolerância no ambiente transmidiático da sociedade contemporânea. Objetiva-se identificar a materialização de tais fenômenos nas narrativas dos missivistas do livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão” (CHIRIO, 2022). A discussão fundamenta-se teoricamente em Heller (2020), Schwarcz (2019), Braga (2020), Recuero (2021), Sponholz (2020) e Elias (1994). Utilizamos, como metodologia, a pesquisa bibliográfica e análise de corpus. Resultados preliminares indicam que a intensificação da intolerância no tempo e espaço midiático promove uma ruptura comunicativa entre grupos plurais, processo paralisador do desenvolvimento civilizatório.

Palavras-chave: polarização; intolerância; midiaticização; ruptura comunicativa; cidadania

Introdução

A comunicação de ideias, desejos e necessidades é imemorial e inerente à condição humana. Nela, o suporte, a escrita e a leitura são interdependentes; os textos, como complexos semânticos e simbólicos, não existem se isolados da diversidade de suportes materiais que os veiculam. A cultura escrita alavancou o desenvolvimento das sociedades e, como processo histórico, possibilitou criações intelectuais, formas complexas de racionalidade e avanços tecnológicos que alteraram profundamente as atividades humanas e, delas decorrentes, as formações culturais, de representação e de consciência, impactando as relações interativas individuais e coletivas e os processos comunicacionais e culturais na sociedade contemporânea.

No presente artigo, nossa questão de pesquisa é entender como o antagonismo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este trabalho é uma versão atualizada e alterada do artigo apresentado no XXIV Encontro Científico da Universidade Paulista – UNIP.

² Mestranda do PPGCOM UNIP, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), e-mail: fatima28lm@gmail.com

radical e a intolerância são potencializados pela complexa midiatização das formas de interação na contemporaneidade, e como a polarização se materializa nos relatos dos missivistas nas cartas do livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão” (CHIRIO, 2022). Para atingir tal objetivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise de corpus.

A estrutura do artigo foi dividida em um primeiro momento onde tratamos da polarização e intolerância a partir de uma perspectiva comunicacional. Num segundo momento, discutimos a questão da midiatização e seus impactos para a democracia e cidadania, para então, observarmos a materialização dos conceitos discutidos em nosso corpus de pesquisa: as cartas do livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão”.

Durante o evento de lançamento do livro, no Teatro Tuca, PUC-SP, Maud Chirio, organizadora da obra, afirmou que as missivas “contam uma história coletiva, a de milhões de vidas revolucionadas pela esperança que o Lula encarnou”³ contextualizando o momento sociopolítico de polarização e embate contrahegemônico no qual o livro é lançado: como pré-candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente que ficou encarcerado por 580 dias e, como candidato à reeleição, o então presidente, representante da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro.

Nossa análise tem como panorama tal contexto e se apoia na perspectiva comunicacional para investigar posicionamentos e discursos polarizados nas interações sociais midiatizadas, evidenciados nas narrativas dos missivistas que compõem o livro.

Polarização e Intolerância: estrutura polarizadora e perspectiva comunicacional

Heller (*et al.*, 2020), na apresentação do livro “Midiatização. (in)tolerância e reconhecimento” - uma coletânea de textos sobre como a comunicação trata de questões de conflitos, dissonâncias e contraditórios nas interações sociais midiatizadas extremamente polarizadas - aponta a necessidade de uma abordagem que considere as novas dimensões da sociedade atual nas discussões sobre intolerância e discurso de ódio, intensificados “globalmente tanto nas mídias massivas e nas digitais quanto nas relações interpessoais” (2020, p. 9).

Citando Schwarcz (2019), Heller (2020) entende que a intolerância, herança da nossa colonização violenta, nos molda e que a difundida disposição cordial brasileira está

³ Disponível em: <https://agent.pucsp.br/noticias/lancamento-do-livro-querido-lula-cartas-um-presidente-na-prisao> Acesso em 19 set. 2024.

dissimuladamente encobrendo “a matriz de origem patriarcal e rural” (2020, p. 10) potencializadora de diferenças nas quais o “Outro” (2020, p. 10) é visto como inimigo e identificado como tal por não seguir o modelo “determinado política, econômica, social e etnicamente pelas classes hegemônicas” (2020, p. 10).

Indicando números recentes do IPEA 2019 que comprovam o aumento da intolerância contra as camadas mais vulneráveis da população brasileira, Heller (2020) afirma que o poder do Estado é usado para a manutenção da ordem vigente (o modelo) e, para além dele, em dispositivos digitais, cidadãos propagam “o discurso intolerante e as práticas de exclusão do diverso ou do antagônico” (2020, p. 11). Para a autora, tais práticas de intolerância e polarização se originam de um contexto nacional que inclui, ainda, desigualdades regionais, educacionais e de acesso à comunicação e atingem, explícita ou implicitamente, o cotidiano de todos nós. Acentua-se a violência; nega-se visibilidade a sujeitos e grupos historicamente silenciados e às suas lutas, o que lhes cerceia o pleno exercício da cidadania e enfraquece a democracia como “único regime possível em uma sociedade pluralista” que tem como “elemento central os processos de comunicação (2020, p. 12).

Braga (2020), em artigo que integra o livro organizado por Heller (2020), identifica a intolerância em situações polarizadas como promotora de uma estrutura de comportamentos humanos (incivilidade, antagonismo, má-fé argumentativa, *fake news*, hostilizações, discursos de ódio, proposições excludentes) que são ao mesmo tempo sintomas e reiteração do processo de polarização nos processos comunicacionais da interação social. Identifica dois aspectos básicos durante uma interação, caracterizadores da produção conjunta da comunicação: “os códigos interacionais” (2020, p. 23) – elementos pré-compartilhados de uma cultura em comum, podendo resultar em interpretações distintas entre os participantes - e “os processos inferenciais” (2020, p. 23) que ajustam a interpretação dos elementos compartilhados à situação concreta da interação. Ressalta o trabalho da comunicação para reconhecer diferenças e buscar articulações eficientes que ajustem a interação em uma sociedade binária, para que “os tensionamentos resultantes da diversidade sejam produtivos ou superáveis, evitando a geração de rupturas e reduzindo a probabilidade de violência e opressão” (2020, p. 23).

Nesse sentido, Braga (2020) apresenta os processos de polarização como questão comunicacional por derivarem de “diferenças construídas entre seres humanos em convivência” (2020, p. 24) e gerarem “riscos para o trabalho da interação” (2020, p. 24) pela característica disruptiva de sua ocorrência: desconexão e violência simbólica

(podendo chegar à violência física) entre os participantes que se organizam em formatação binária excludente e não plural flexível. A intolerância prevalece já que o “Outro” (2020, p. 25) é definido no polo oposto unicamente pela distinção; o espaço de pluralidade e possibilidade de interação é apagado e o “único vínculo entre os polos passa a ser o eixo da diferença excludente” (2020, p. 25). Os esforços inferenciais sobre os códigos compartilhados que permitiriam ajustes na interação desaparecem e a ruptura, cessação do processo de comunicação, desencadeia comportamentos de recusa de reconhecimento mútuo, intolerância, antagonismo e ódio. Eis a estrutura polarizadora.

Braga identifica, ainda, nas situações polarizadas, forte assimetria resultante da desigualdade de forças em termos de poder político, físico, material e econômico entre os dois lados da estrutura, “situando um dos polos na posição de opressor; o outro, na de oprimido” (2020, p. 28). Promove-se uma intolerância opressora; a percepção atual sobre a importância de reconhecimento e valorização da diversidade humana não se concretiza.

A intolerância, como desafio civilizatório que percorre toda a história e está presente na atualidade, é classificada por Braga como “absurda e “bárbara” (2020, p. 20) e especialmente perversa em situações de polarização extrema que desenvolvem comportamentos e proposições excludentes. Para o autor, essa questão é relevante globalmente diante do “risco, mais que iminente, em curso, de esfacelamento dos processos plurais que devem sustentar a complexidade de uma verdadeira cidadania” (2020, p. 21) e diante do avanço da extrema-direita autoritária em vários países, “com suas estratégias de ‘pensamento único’ que dividem as sociedades entre os que reforçam polarizações e os que são aí oprimidos” (2020, p. 21).

Com olhar específico voltado para o fenômeno da polarização política, Recuero (2021), identifica um processo histórico de polarização em contextos políticos que se revela atualmente em interações sociais mediatizadas com tendência à intensificação da polarização. Distingue a “polarização ideológica” (2020, p. 4) - na qual dois grupos apresentam opiniões divergentes - da “polarização afetiva” (2020, p. 4) - quando, para além de tal divergência, os dois grupos “nutrem aversão um ao outro” (2020, p. 4). Pontua que “contextos de intensa polarização afetiva podem levar à radicalização de indivíduos” (2020, p. 4), decorrente do aumento da aversão entre os dois grupos. Os grupos realizam intensas conexões internas e poucas conexões externas; entre eles, inexistem possibilidades mínimas de entendimento e ajustes para recuperar a interação.

Midiatização da polarização e seus impactos

Braga (2020), ao tratar da polarização como questão comunicacional, afirma que o ambiente midiático imprime perfil específico na ocorrência da atual polarização social e que, como processo interacional de referência, a midiatização incide sobre a estrutura polarizadora e afeta de forma relevante o social. O autor aborda três modos de tal incidência:

Um dos modos é resultante de uma oferta tecnológica que viabiliza o superdimensionamento de tendências sociais que antes eram de curto alcance. O segundo corresponde a uma experimentação midiática generalizada pela sociedade, que desmonta dispositivos sociais antes de gerar substitutos sedimentados. O terceiro decorre do acionamento de *affordances* midiáticas diretamente motivado pela intolerância em busca de poder. (2020, p. 29)

O primeiro modo refere-se à passagem dos “discursos centralizados” (2020, p. 30) do rádio e da TV, no século XX, para “uma voz centralizada para cada grupo organizado” (2020, p. 30), promovida pelas tecnologias no século XXI, que oferece interação com foco agregador de opiniões e atitudes concordantes. As similaridades geram processos de exclusão dos discordantes, aumentando o alinhamento interno e reduzindo as variações. Desenvolvem-se “microambientes” (2020, p. 30) polarizadores nos quais o consenso é aparente e superficial, já que estabelecido no processo de agrupamento e não em um processo comunicacional de ajuste na interação.

O segundo modo aponta para “uma insuficiência de referências compartilhadas para organizar processos comuns” (2020, p. 31) provocada pela ampla oferta de tecnologias interacionais e experimentações sociais, com “perda de consistência de campos de ação especializada” (2020, p. 30) e conseqüente sensação de insegurança social. Tal cenário promove a adoção de “verdades simplificadoras” (2020, p. 31) e alinhamento com lideranças que confortam ansiedades sociais e emocionais.

O terceiro modo é o “espaço de iniciativas mal-intencionadas” (2020, p. 31), no qual se desenvolvem ações para tirar proveito das complexidades culturais nos “espaços de anomia, com dispersão de verdades, normas e valores antes compartilhados” e de “construção experimental de relações entre a esfera pública e a esfera privada” (2020, p.31). Tal espaço, estimulador de *fake news* e de verdades únicas, atua como instrumento de ação e ocupação de poder em processos articulados em função de estruturas polarizadoras.

No âmbito da política brasileira, Braga (2020) identifica um histórico de

polaridade não relacionado à intolerância e sim a dualidades - situação x oposição; direita x esquerda; alternância de poder entre forças políticas preponderantes em organização bipartidária - que não representava perigo para a democracia.

No entanto, a partir das eleições de 2014, o processo de polaridade democrática foi substituído em virtude da ausência de alternância de poder entre os partidos dominantes por mais um período. Inconformado, o partido de oposição desencadeou um processo de instabilidade política e social pautado não em projetos políticos, mas sim no alinhamento de visão de mundo que carrega elementos de “preconceitos, atitudes ressentidas, posições antidemocráticas, conservadorismo de costumes, despreço pela educação, ausência de políticas públicas para as desigualdades sociais e para o desemprego” (2020, p. 33). Nesse contexto de anomia e ideias prontas, desenvolveu-se, através do período eleitoral seguinte, uma polarização da intolerância que reverbera desdobramentos até hoje.

Segundo o autor, o desmonte da estrutura polarizadora – “processo paralisador da democracia e do desenvolvimento civilizacional” (2020, p. 33) - implica necessariamente todos os âmbitos sociais e uma postura de recusa da desqualificação que não inverta os polos ou negue a polarização, mas que se guie por um projeto pautado no “aperfeiçoamento civilizacional e não por uma visão estreita de tomada de poder” (2020, p. 33). Implica, também, considerar a diversidade interna no polo opressor, evitando a redução de todos os seus aderentes à dimensão única da prepotência, abrindo possibilidades para um trabalho entre diferentes, em projetos plurais que promovam uma convivência voltada para o trabalho interacional produtivo, recusando a intolerância numa existência fora da estrutura polarizadora. O aperfeiçoamento civilizacional direciona-se, assim, para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva que promova a cidadania consciente e ativa.

Nesse sentido, Schwarcz (2019) afirma que o “empenho da sociedade civil, cidadã, é o único que pode ajudar a romper um ciclo que herdamos dos tempos coloniais, mas aprimoramos na contemporaneidade” (2019, p. 197). Ressalta que modelos políticos autoritários desvalorizam a luta de grupos excluídos, perpetuando o discurso de ódio e a ação segregacionista por intermédio das mídias digitais, e criam a sua própria história: a de uma civilização passada harmoniosa, que nunca existiu, para edificar líderes autoritários.

Souza (2020) identifica consenso entre boa parte dos pesquisadores quanto aos efeitos destrutivos do uso das redes sociais “na polarização das sociedades, nos

extremismos políticos e no fenômeno da negação da ciência” (2020, p. 327), promovendo ações motivadas mais pela emoção (as mais fortes como medo, ódio e desejo) do que pela razão, sendo o ódio a forma como grupos da extrema-direita fazem política no Brasil.

O autor afirma que a manipulação de contingentes eleitorais, nas redes, apresenta grande semelhança com sistemas religiosos movidos pela fé incondicional nas palavras de Deus, substituídas, agora, por imagens disseminadas midiaticamente, às quais os indivíduos aderem cegamente numa “dissociação cognitiva com a realidade objetiva” (2020, p. 327).

Observando uma preponderância nos estudos acadêmicos em descrever o funcionamento e as implicações desse fenômeno, Souza (2020) busca averiguar o porquê de sua ocorrência. Alinha-se a Flusser (2009) quanto ao entendimento de que a forma de pensamento da humanidade está “saindo do modo de raciocínio baseado em textos (tempo-histórico-linear), que relaciona causas e efeitos”, para um “tipo de pensamento baseado em imagens (mágico-imagético-circular) no qual a relação é direta com o significado a partir do repertório interno” (2020, p. 328) e não com causas e consequências contextuais. Afirma que estamos vivendo uma “era da idolatria de mitos, ideias e imagens falsas, como a meritocracia, o neoliberalismo e a possibilidade de retorno aos ‘bons e velhos tempos’ por meio da violência” (2020, p. 329) que constrói comunidades de ódio e intolerância disseminadas e alimentadas nos meios digitais.

Para Souza (2020), apesar do modelo de ditadura e golpe de 2016 serem muito diferentes dos observados nas décadas de 1960 e 1970, “as bases para a construção do fascismo estão postas no Brasil e em vários países” (2020, p. 329) - desmonte de direitos civis e da participação política da sociedade civil, militarização do governo, perseguição política, censura sobre determinados conteúdos culturais - e boa parte da sociedade renuncia à racionalidade e ao pensamento político, aderindo a líderes autoritários que promovem a separação “nós”/ “eles” (grupos sociais historicamente privilegiados/ Outros) motivada por razões de crença, de pertencimento e emocionais.

Ressalta a fundamental relação entre comunicação e poder cuja origem está na “mente humana, e em sua expressão mais profunda e duradoura, a persuasão” (2020, p.330), na qual se configuram as relações de poder em todas as sociedades da história, sempre sociedades de informação e comunicação. Portanto, informação e comunicação são decisivas na forma de construção social e das relações de poder.

Inserido nessa discussão, o conceito de “câmaras de eco” como “grupos que filtram o conteúdo que compartilham, dando preferência a informações que reforcem uma

narrativa política em particular”, trazido por Recuero (*et al.*, 2021, p. 4), revela um problemático processo que gera maior radicalização dos usuários e aumenta a circulação de *fake news* e discursos de ódio.

Sponholz (2020) define discurso de ódio como a “comunicação pública que degrada simbolicamente grupos historicamente oprimidos ou sistematicamente discriminados” (2020, p. 221). Configura-se como uma forma consciente e/ou intencional de promover iniquidade entre pessoas a partir de “categoria coletiva como origem, cor da pele, gênero, religião, orientação sexual, entre outros” (2020, p. 221).

É interessante a observação da autora de que o discurso de ódio não pode atingir qualquer grupo, pois seu “conteúdo baseia-se na depreciação de grupos vivendo experiências crônicas pervasivas e até mesmo geracionais de opressão” (2020, p. 222). Dessa forma, está incorporado a um longo processo de subordinação que penaliza minorias com ofensas racistas, misóginas ou homofóbicas e não é mero estereótipo, ultrapassando a função representativa ao promover ameaças, ódio e violência contra suas vítimas. Trata-se de um processo de exclusão construído sobre relações de poder pautadas em uma característica coletiva definidora de um grupo.

A autora pontua, ainda, que, na mídia, os discursos de ódio se manifestam a princípio como uma questão de agenda, mas não o são. Neles, a característica coletiva é o que define o problema; baseiam-se em “antinomias, e não em antagonismos. Em uma antinomia, os polos são determinados por definição, e não por posição. Assim, as pessoas são atingidas pelo que são, e não pelo que pensam” (2020, p. 225).

“Os discursos de ódio têm origem na discriminação sistemática” (2020, p. 225) e a discriminação sistemática é estrutural e não conjuntural, afirma Sponholz. Observa que “as consequências para a democracia também são distintas” (2020, p. 225). Defende que a polarização desencadeada pelo antagonismo leva a um afastamento entre posições políticas divergentes e animosidades entre seus defensores; já “os discursos de ódio, ao excluir ou depreciar grupos por definição, ultrapassam a polarização e resultam em uma desintegração social” (2020, p. 225), levando as vítimas de tais discursos a formarem espaços sociais próprios de interação. A interação entre grupos desaparece.

A ruptura comunicativa entre grupos impacta o desenvolvimento civilizatório entendido como processo em que todos nós estamos envolvidos (ELIAS, 1994). Para o autor, todas as características distintivas que atribuímos à civilização atestam uma estrutura particular de relações humanas e de correspondentes formas de comportamento. O controle e transformação da agressão e as formas racionalizadas de emoções estão

legitimadas na vida cotidiana da sociedade civilizada. A polarização, que impede a consideração mútua nas relações humanas, paralisa tal processo civilizatório na busca por uma sociedade igualitária, plural e democrática.

Os fenômenos conceitualmente trabalhados até aqui aparecem materializados nas narrativas das cartas que integram o livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão” (CHIRIO, 2022); nelas, observa-se uma rica articulação entre as questões apontadas. Apresentamos duas cartas empiricamente representativas do discurso polarizado do polo oprimido contra o polo opressor.

Estudo de caso: cartas ao “Querido Lula”

O livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão” foi lançado em 31 de maio de 2022, pela editora Boitempo - fundada em 1995 por Ivana Jinkings, filha do dirigente comunista Raimundo Jinkings – cujo catálogo de publicação inclui obras de diversas áreas das ciências humanas como economia, política, história e cultura⁴.

Maud Chirio, organizadora da obra, graduada em história e sociologia, mestre e doutora em história, e professora na Universidade Gustave Eiffel, é especialista em história do Brasil republicano, com ênfase nas Forças Armadas, no aparelho repressivo e na extrema direita militar na ditadura (1964-1985). Desde 2019, é copresidente da Rede Europeia pela Democracia no Brasil (Red.br)⁵. A Red.br foi criada em janeiro de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro, por intelectuais e artistas europeus e brasileiros, para alertar e sensibilizar a opinião internacional sobre a ascensão do poder da extrema direita e as repetidas violações dos direitos humanos no Brasil. Maud participou também das comissões de apoio à libertação do ex-presidente Lula, condenado por corrupção⁶.

Durante o período de encarceramento de Lula, travou-se uma disputa jurídica e pública. No campo jurídico, o objetivo era reverter as condenações que posteriormente seriam anuladas por irregularidades processuais. No embate público, foram criadas correntes de apoio ao ex-presidente nas mídias digitais e promovidas ações de

⁴ Informações obtidas no site da editora Boitempo, aba “Sobre a Boitempo”. Disponível em <https://www.boitempoeditorial.com.br/sobre-a-loja> Acesso 3 dez, 2023.

⁵ Disponível em <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/maud-chirio-org-2831> Acesso 3 dez, 2023.

⁶ Fonte: Wikipédia. Disponível em https://fr.wikipedia.org/wiki/Maud_Chirio Acesso 3 dez, 2023.

solidariedade e incentivo como a “Vigília Lula Livre” e o envio de mais de 25 mil cartas cuja curadoria resultou no livro.

Dentre as 46 cartas selecionadas para compor a obra, 14 apresentam relatos de vida marcados pela pobreza - identificados com a história do ex-presidente - e sua superação associada às políticas públicas implementadas por Lula; 13 apresentam a trajetória sindical e política de Lula, a figura do herói perseguido que resistirá, o amor incondicional e a militância política dos missivistas; 2 apresentam reflexão crítica sobre as alianças e ações políticas de gestões anteriores de Lula, mantendo, apesar disso, a percepção da transformação social em seus governos; 17 apresentam reflexões que ressaltam a luta de classes, a desigualdade social e a polarização política, identificando Lula como símbolo de transformação social. Destas últimas, duas cartas serão analisadas.

Trataremos de início da 22ª carta do livro (2022, p. 126 - 129), escrita por uma servidora de universidade pública baiana, pertencente ao grupo LGBTQIA+ e vítima de discriminação estrutural, que reivindica um projeto político de esquerda mais radical.

A missivista inicia reconhecendo os méritos do governo petista no investimento e ampliação da educação superior, “uma verdadeira revolução”(2022, p. 126). No entanto, denuncia que “Seu legado está em risco e o futuro de milhares de jovens negros, pobres está ameaçado” pelo “terror” (2022, p. 126) do retrocesso e ameaça de privatização atribuídos ao governo do então presidente Jair Bolsonaro.

Orgulha-se de ter tirado o título de eleitor aos dezesseis anos para votar no PT, movida pelo “significado de ter um presidente vindo do povo, da classe operária, representando nossas necessidades” (2022, p. 126), mas se revolta quando nota a “aproximação do partido com os setores conservadores e elitistas que tanto combatíamos. Os valores segregadores e que impediram-nos, por anos, estavam vencendo” (2022, p.126). Culpabiliza Lula por tentar conciliar “uma sociedade mais justa e inclusiva” com “interesses elitistas” (2022, p. 126 - 127), o que considera impossível, e declara que, na segunda eleição não votou em Lula e “nem no PT, a partir disso” (2022, p. 127).

Como LGBTQIA+, sentiu-se desprezada pelos governos Lula e Dilma, quando “os setores mais retrógrafos e fundamentalistas passaram a ter mais respostas” do que “o meu, jovens progressistas semeados pela universidade que o senhor gestou” (2022, p.127), e passa, então, a ser oposição à direção tomada pelo PT. A partir de sua experiência de vida, sabe o que é injustiça e a relaciona à situação de aprisionamento de Lula, “é a elite querendo colocar a classe operária de volta na marginalização. É a casa grande querendo colocar a senzala de volta ao seu lugar” (2022, p. 127), para concluir

que “a perseguição que o senhor está sofrendo é na verdade fundamentada no ódio ao que deu certo no seu governo e não a aquilo que deu errado” (2022, p. 217).

Crítica o “perfil” (2022, p. 127) conciliador de Lula e afirma que “é hora de ser combativo” (2022, p. 127); invoca o sabido reconhecimento da importância da representatividade e a “necessidade de símbolos para a resistência” (2022, p. 127) para falar da prisão de Lula e da morte da vereadora Marielle - símbolos de “extratos populares”- e da “necessidade de reintegrar a esquerda, sob estes valores” (2022, p. 128). Imputa ao ex-presidente os erros de “não repactuar, com uma reforma política” (2022, p.128); não solucionar casos de corrupção dos governos passados; não punir “crimes nos governos militares” e não construir uma “memória das atrocidades” (2022, p. 128), permitindo que os valores destrutivos que carregam se disseminassem, controlando instituições, o capital e ocupando o “congresso com poder para direcionar políticas” (2022, p. 128); atribui também a Lula o erro de “supor que esse era o máximo a ser feito” (2022, p. 128). Encerra a carta reivindicando a retomada do projeto de esquerda de forma mais radical - “Precisamos deste projeto! É por isso que estou escrevendo ao senhor!” (2022, p. 129).

A vivência de um ambiente altamente polarizado, marcado pela discriminação estrutural, está presente em toda a narrativa da missivista. Como apontado por Heller (*et al.*, 2020), a matriz de origem patriarcal, os processos de exclusão e intolerância contra grupos minoritários e vulneráveis e as desigualdades étnicas, regionais e educacionais concretizam-se no relato: 1. quando a missivista alerta para o risco de retrocesso que tiraria de jovens e negros o acesso à universidade; 2. quando fala do desprezo à sua condição de mulher, LGBTQIA+, vítima de perseguição por parte de conservadores e elitistas, determinando os polos de uma divisão binária; 3. quando associa o aprisionamento de Lula como fruto da mesma relação polarizada e ação para manutenção da hegemonia instaurada nas relações de poder; 4. quando identifica a perseguição como verdade fundamentada no ódio.

Como a define Recuero (*et al.*, 2021), observa-se, no relato, a “polarização afetiva” na qual um polo sente aversão pelo outro, levando à radicalização entre indivíduos. Uma radicalização ao extremo que leva à tentativa de eliminação dos símbolos de resistência (a prisão de Lula e o assassinato de Marielle), o que motiva a crítica da missivista sobre as posturas conciliatórias de Lula e a faz reivindicar um projeto de esquerda mais afirmativo.

Estamos no campo da ruptura comunicativa apontada por Braga (2020) no qual

não há mais possibilidade de ajustes dos processos inferenciais, gerando comportamentos de intolerância, antagonismo e ódio entre os polos opressor/oprimido. Desaparece a interação, o que inviabiliza processos plurais necessários para sustentar a complexidade da cidadania, e promove-se a “desintegração social” (SPONHOLZ, 2020).

A polarização, que impede a consideração mútua nas relações humanas, paralisa o processo civilizatório que envolve a todos na busca por uma sociedade igualitária e democrática com cidadãos conscientes e atuantes (ELIAS, 1994).

A 44ª carta do livro (p. 209 – 217) é escrita por uma jornalista mineira, filiada ao PT, que relata a saga de sua família e a influência das políticas públicas dos governos do PT na melhoria de vida de sua geração e a de seus pais. Diferentemente da carta anterior que apresenta algumas críticas, nesta, observa-se forte componente emocional, com identificação e admiração profundas à figura de Lula.

Inicia com a história dos avós maternos - de fome e miséria na Paraíba e migração em pau de arara, “Uma história particular que, infelizmente, não fala só sobre minhas raízes, mas sobre um Brasil inteiro” (2022, p. 210) – que declaram amor à Lula por verem alguns dos filhos conquistarem a casa própria e cursarem uma universidade graças às políticas públicas de seu governo.

Continua com a história do pai que precisava apresentar “atestado de pobreza na escola para conseguir material” (2022, p. 211) e passou em um concurso do Banco do Brasil; formou-se, pagando a faculdade. Trabalhando na indústria de tabaco, engajou-se por muito tempo em movimentos de trabalhadores e no sindicato. Partidário e admirador fiel à Lula e ao projeto de esquerda, introduziu a missivista nesse engajamento.

Ela, sobre a eleição de 2002, afirma que “transformou o país. A ONU sabe disso. Qualquer um sabe disso. Só ignora quem vive de textão no WhatsApp e fake news” (2022, p. 212). Credita ao governo Lula o fato de “as coisas começarem a dar certo na minha família” (2022, p. 212), a conquista da casa própria, cursar “jornalismo na UFU, graças ao Reuni” (2022, p. 212). Em seu TCC, na graduação, fala “sobre a cobertura das passeatas pró-impeachment e sobre o modo irresponsável como a mídia a fez, impactando de maneira totalmente absurda o nosso processo democrático” (2022, p. 213 - 214).

A seguir, reproduzimos um trecho da carta representativo da “polarização afetiva” (RECUERO *et al.*, 2021) e dos efeitos de imagens midiáticas cuja força está no impacto emocional, especialmente sobre emoções como medo, ódio e desejo (SOUZA, 2020):

Como militante, os últimos anos têm sido bem difíceis pra mim. Sofri muito. O impeachment da Dilma doeu em mim e dói até hoje. Ela é a mulher mais forte que conheço. A perseguição contra você. A morte da Dona Marisa, sua prisão. Nossa, como eu fiquei emocionada vendo as suas fotos nos braços do povo. E aí a eleição desse monstro. Não tem sido um período fácil, você sabe disso.

Sou mulher, negra e de origem pobre. Os atentados contra a democracia, atentam diretamente contra a minha existência. E eu sei, e você também, que eles aconteceram justamente porque as pessoas que usam black tie não conseguem ver gente como eu em lugares que, antes eram só deles”.

[...] E gente como eu estuda 5x mais pra ocupar os espaços. Não tem uma única vez em que eles não fiquem surpresos com minha capacidade. E com raiva.

Mas, apesar disso tudo, eu sinto muito orgulho de estar do lado certo da história. [...] Ser de esquerda, acreditar em você, acreditar no PT [...]

[...] Trabalhei com publicidade nos últimos anos e só lidava com dono de empresa. Gente rica, racista, machista, homofóbica e que, em reuniões, admitiam que votariam no Bolsonaro porque “ai o PT destruiu minha vida”. (p. 214 - 215)

Imagens midiáticas - como as de Lula nos braços do povo, mobilizando elementos pré-compartilhados, assimilados sem a ação dos processos inferências - e o longo processo de subordinação - que penalizou minorias com ofensas racistas, misóginas ou homofóbicas, causando marcas profundas em suas vítimas – estão entre os fenômenos que levam à ruptura na interação entre o diverso e à consequente “desintegração social” (SPONHOLZ, 2020) e aparecem materializados no trecho destacado acima.

No discurso da missivista, a divisão binária altamente polarizada entre “nós/eles”, “elite/classe operária”, “direita/esquerda”, “lado certo: bem/lado errado: mal”, “quem usa black tie/quem não usa black tie”, “herói/ monstro” concretiza as proposições excludentes originárias da intolerância. A intolerância é o desafio civilizatório que percorre toda a história (BRAGA, 2020), compromete os processos plurais capazes de sustentar uma verdadeira cidadania e contribui para o avanço de projetos políticos autoritários que dividem as sociedades em polos de uma estrutura polarizadora assimétrica.

Considerações finais

A sociedade do conhecimento, fundamentada na formação de redes sociais, estimula e evidencia formas de interação polarizadas e intolerantes, complexificadas pela midiaticização, em um jogo de produção e retroalimentação do processo de polarização.

Nas cartas analisadas, a estrutura polarizadora concretiza-se no discurso do polo oprimido contra o polo opressor; com sua força mobilizadora, impede que se veja além do muro da intolerância, midiaticamente ampliado a muitas mãos e em ritmo alucinante.

Como apontam Braga (2020) e Souza (2020), o ambiente midiático imprime perfil específico à ocorrência da polarização como a adoção de verdades únicas, dissociadas da razão e da realidade objetiva, o alinhamento com lideranças autoritárias que atendem a ansiedades sociais e emocionais, o uso motivado pela intolerância em busca de poder, e a organização dos participantes em microambientes, orientada pela formação binária excludente e não plural. Tal ambiente leva à ruptura comunicativa e à desintegração social nas quais desaparece a interação na diversidade, como alerta Sponholz (2020).

Como resultado, verifica-se o aumento da intolerância e da violência contra as camadas mais vulneráveis, silenciadas em suas lutas e cerceadas no pleno exercício da cidadania, e o enfraquecimento da democracia, única capaz de promover a construção de uma sociedade plural e igualitária e de impulsionar o aperfeiçoamento civilizacional tendo como elemento central os processos de comunicação.

Nesse sentido, Schwarcz afirma que o “empenho da sociedade civil, cidadã, é o único que pode ajudar a romper um ciclo que herdamos dos tempos coloniais, mas aprimoramos na contemporaneidade” (2019, p. 197). Ressalta que modelos políticos autoritários desvalorizam a luta de grupos excluídos, perpetuando o discurso de ódio e a ação segregacionista por intermédio das mídias digitais, e criam a sua própria história: a de uma civilização passada harmoniosa, que nunca existiu, para edificar líderes autoritários.

Alinhamo-nos a Braga (2020), Schwarcz (2019) e Elias (1994) quanto à relevância do enfrentamento dos desafios impostos pela opressão intolerante nos vários âmbitos sociais, buscando a desmontagem da estrutura polarizadora que impede a consideração mútua nas relações humanas e paralisa o processo de aperfeiçoamento civilizatório no qual todos nós estamos envolvidos. Colocamos a reflexão aqui realizada como contribuição para tal.

Referências bibliográficas

BRAGA, J.L. **Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional.** In: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.) *Mediatização, (in)tolerância e reconhecimento.* Salvador: EDUFBA, 2020.

CHIRIO, M. (org.). **Querido Lula: cartas a um presidente na prisão**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Volume I – Uma História do Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QdUGa> . Acesso: 20 jul. 2024.

HELLER, B.; CAL, D. e ROSA, A.P. da. **Apresentação**. In: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.) *Mediatização, (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2020.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. **Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter**. Revista Contracampo (UFF), Niterói, v.40, n.1, jan./abr. 2021.

SCHWARCZ, L.M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, V. **Não farás para ti imagem: fé, política e pensamento mágico-imagético-circular**. In: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.) *Mediatização, (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2020.

SPONHOLZ, L. **O papel dos discursos de ódio (on line) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico**. In. Revista Confluências (UFF), v. 22, n.3, dez, 2020, p. 220-243. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qZVdq>. Acesso em 20 jul. 2024.